

RECURSO ESPECIAL Nº 1.855.019 - PR (2019/0383521-1)

RECORRENTE : NAIR ANTONIA GOBOR PURKOT
ADVOGADOS : JOÃO ANTÔNIO DABROWSKI - PR027671
RICARDO MENEZES GOMES DA SILVA - RS066215
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por NAIR ANTONIA GOBOR PURKOT com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim ementado, *in verbis*:

PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO RURAL. COISA JULGADA. OCORRÊNCIA. DESAPOSENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RE Nº 661.256/SC. TEMA STF 503.

1. Verifica-se a ocorrência de coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada e já decidida por sentença da qual não caiba recurso, com as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.

2. O STF, ao julgar o RE nº 661.256/SC, sob a sistemática de repercussão geral, apreciou a questão da desaposentação, fixando a seguinte tese: No âmbito do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, somente lei pode criar benefícios e vantagens previdenciárias, não havendo, por ora, previsão legal do direito à desaposentação, sendo constitucional a regra do art. 18, § 2º, da Lei nº 8.213/91.

No presente recurso especial, o recorrente aponta como violados os arts. 337, §§ 1º e 4º, art. 485, V, 502 e 503, todos do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, que a juntada de novos documentos para comprovar o direito do reconhecimento do labor rural, que não fora concedido em ação antecedente por faltar tal comprovação, não implica em violação à coisa julgada, pois não há identidade entre a causa de pedir e os pedidos.

É o relatório. Decido.

Verifica-se que a irresignação do recorrente acerca da inexistência de coisa julgada, vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, decidiu que houve reiteração do pedido na via administrativa, o que não afastaria a coisa julgada.

Dessa forma, para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, de acordo com a tese do recorrente de que seriam diversas o pedido e a causa de pedir, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ não

Superior Tribunal de Justiça

conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator